CTIS Tecnologia S.A.

CNPJ 01.644.731/0001-32

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 (Em milhares de reais) (As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.)

Balanços Patrimoniais	Nota	2020	2019
Ativo Circulante		**263.944**	**204.338**
Caixa e equivalente de caixa	4	92.713	3.725
Contas a receber	5	82.313	115.582
Instrumentos financeiros derivativos	28	10.216	866
Estoques	6	12.991	15.111
Tributos a recuperar	7	33.075	41.248
Despesas antecipadas	9	8.814	10.699
Outros ativos	10	23.822	17.107
Não Circulante		**288.474**	**381.046**
Contas a receber	5	73.144	60.052
Instrumentos financeiros derivativos	28	20.281	2.487
Partes relacionadas	27	12.770	97.723
Despesas antecipadas	9	3.465	5.355
Tributos diferidos	8	139.577	169.889
Depósitos judiciais	23	15.323	16.382
Depósitos e garantias	11	5.483	5.317
Outros ativos	10	18.431	23.841
		17.801	**68.369**
Intangível	12	1.454	2.958
Imobilizado	13	15.236	55.686
Direito de uso de bens	14	1.111	9.725
Total do Ativo		**570.219**	**653.753**
Passivo Circulante		**146.684**	**172.333**
Fornecedores	15	15.137	12.818
Arrendamento mercantil	16	5.017	5.216
Empréstimos e financiamentos	17	73.505	99.488
Obrigações sociais e trabalhistas	18	38.973	42.281
Obrigações tributárias	19	1.633	3.512
Parcelamentos tributários	22	4.828	4.756
Receitas a apropriar	20	744	1.561
Outros passivos	21	6.847	2.701
Não Circulante		**257.896**	**198.443**
Arrendamento mercantil	16	2.055	11.717
Empréstimos e financiamentos	17	114.526	127.311
Obrigações sociais e trabalhistas	18	643	–
Parcelamentos tributários	22	26.595	31.052
Provisões para riscos	23	21.932	23.380
Partes relacionadas	27	92.145	4.983
Patrimônio Líquido		**165.639**	**282.977**
Capital social	24	461.980	461.980
Reserva de ágio	24	(200.554)	(200.554)
Ajuste de avaliação patrimonial	24	(7.398)	–
Reserva de retenção de lucros	24	–	21.551
Prejuízos acumulados	24	(88.389)	–
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**570.219**	**653.753**

Demonstrações do Resultado	Nota	2020	2019
Receita líquida das vendas de mercadorias e serviços prestados	25(a)	357.857	522.127
Custo dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	25(b)	(368.216)	(499.560)
Lucro (Prejuízo) bruto		**(10.359)**	**22.567**
Despesas com vendas	25(c)	(24.873)	(26.898)
Despesas administrativas	25(d)	(18.300)	(8.333)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25(e)	(20.165)	18.077
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		**(73.697)**	**5.413**
Receitas financeiras	25(f)	9.472	5.139
Despesas financeiras	25(f)	(12.039)	(20.224)
Variação cambial líquida	25(f)	(3.759)	(3.624)
Variação monetária, líquida	25(f)	1.405	(1.500)
Receitas financeiras, líquidas		**(4.921)**	**(20.209)**
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		**(78.618)**	**(14.796)**
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	8	(31.322)	10.147
Prejuízo do exercício		**(109.940)**	**(4.649)**

Demonstrações do Resultado Abrangente	2020	2019
Prejuízo do Exercício	(109.940)	(4.649)
Outros Resultados Abrangentes	(7.398)	–
Total do Resultado Abrangente do Exercício	**(117.338)**	**(4.649)**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	Nota	Capital Social	Reserva especial ágio	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de retenção de lucro	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31/12/18		**417.525**	**(200.554)**	**–**	**26.985**	**(914)**	**243.042**
Ajustes iniciais na aplicação do CPC 06/IFRS-16, líquido		–	–	–	–	129	129
Aumento de capital	24 (a)	44.455	–	–	–	–	44.455
Prejuízo do exercício		–	–	–	–	(4.649)	(4.649)
Absorção de prejuízo com a reserva de retenção de lucros	24 (b)	–	–	–	(4.649)	4.649	–
Saldos em 31/12/19		**461.980**	**(200.554)**	**–**	**22.336**	**(785)**	**282.977**
Perdas com instrumentos financeiros derivativos		–	–	(7.398)	–	–	(7.398)
Prejuízo do exercício		–	–	–	–	(109.940)	(109.940)
Absorção de prejuízo com a reserva de retenção de lucros	24 (b)	–	–	–	(22.336)	22.336	–
Saldos em 31/12/20		**461.980**	**(200.554)**	**(7.398)**	**–**	**(88.389)**	**165.639**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa	Nota	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		**19.009**	**6.030**
Recebimento de clientes	5	380.306	479.426
Pagamento de fornecedores	15	(95.551)	(119.729)
Pagamento de pessoal e encargos	18	(244.064)	(327.702)
Outros		(21.682)	(25.965)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**69.129**	**(144.252)**
Aquisição de ativo imobilizado	13	(2.464)	(65.231)
Recebimento/empréstimo a entidades relacionadas	17	70.455	(75.519)
Outros		1.138	(3.502)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		**850**	**136.249**
Pagamento de empréstimos e financiamentos	17	(71.536)	(82.620)
Recebimento de empréstimos e financiamentos		–	230.462
Juros pagos		(11.526)	(5.761)
Outros		83.912	(5.832)
Aumento/redução líquido de caixa e equivalentes de caixa		**88.988**	**(1.973)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	3.725	5.698
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	4	92.713	3.725

Reconciliação do fluxo de caixa operacional	Nota	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades no fim do exercício			
Prejuízo antes do IR e da CS		**(78.618)**	**(14.796)**
Ajustes:		**43.881**	**9.168**
Depreciação e amortização	12, 13 e 14	13.351	21.014
Constituição provisão PECLD		3.566	2.605
Apropriação juros *"leasing"*		(16.839)	(14.900)
Reversão de provisão de obsolescência de estoque		1.625	1.039
Prejuízo/ganho na alienação de imobilizado		(217)	2.755
Juros sobre empréstimos e financiamentos e outros		8.399	8.252
Recuperação de despesas Lei do Bem		(3.078)	1.855
Provisão de contingências		127	5.158
Variação Monetária		(1.405)	1.500
Variação Cambial		3.758	2.154
Baixa *"earn out"* a pagar ex-sócios		(487)	(11.091)
Indenizações		15.685	–
Recuperação de despesas outras		3.416	(25.125)
Investimento em projetos		2.123	10.890
Outros		13.857	3.063
Variações nos ativos e passivos:		**53.746**	**11.656**
Contas a receber		33.450	(38.508)
Estoques		495	(5.250)
Demais ativos		41.510	(8.543)
Fornecedores		2.319	(6.768)
Demais passivos		(24.028)	70.726
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**19.009**	**6.030**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional: A CTIS Tecnologia S.A. ("CTIS" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado e possui como atividade preponderante a prestação de serviços relacionados à tecnologia da informação, bem como a compra e venda de mercadorias relacionadas a produtos de tecnologia e informática vinculados aos contratos de prestação de serviços. É parte integrante de uma das maiores sociedades latino-americana de distribuição e soluções em serviços de TI, presente em 10 países. O seu portfólio de ofertas de serviços abrange: Serviços de TI, abrangem: AMS - Negócios voltados para a prestação de serviços de desenvolvimento e manutenção de aplicativos, bem como o suporte e evolução destes, incorporando metodologias tradicionais e ágeis que permitem desenvolver, gerenciar e controlar aplicações e sua qualidade, proporcionando continuidade operacional a qualquer tipo de organização e apoiando as necessidades do crescimento do negócio do cliente. EUS - Seu principal objetivo é manter a continuidade operacional do negócio dos clientes, fornecendo um serviço de suporte técnico especializado e oportuno às exigências que os clientes nos fazem. Agrupar os seguintes serviços: • *"Service Desk"*: Opera como um único ponto de contato para os usuários de um cliente para todas as suas necessidades de TI, podendo resolver *on-line* ou dimensionar para outros grupos de resolução, consultas, incidentes ou solicitações dos Serviços de TI, disponibilizando vários canais de comunicação como: telefone, e-mail, *"web ticket"*, com um horário comercial 7X24. • *"Field Service"*: Fornece suporte técnico especializado para a atenção e resolução de campo de incidentes que afetam os componentes da infraestrutura tecnológica disponível para usuários como *notebook*, *"desktop"*, impressoras, sistemas operacionais. Além disso, realiza manutenção preventiva e reparo de servidores, equipamentos de comunicação, etc., garantindo continuidade operacional. MDS - Serviço abrangente de terceirização de infraestrutura com um custo mensal conhecido, único e total, que permite às empresas terceirizar tudo relacionado à infraestrutura tecnológica que mantêm em suas dependências e que permite que seus executivos gastem seu tempo no desenvolvimento e garantia de serviços que apoiem o CORE de seus negócios. Consultoria de TI: Negócios compostos por serviços de consultoria, suporte, manutenção de plataformas, projeto e arquitetura de infraestrutura de TI, análise de configuração (*"scanner"* de TI), migrações de infraestrutura e dados, análise de desempenho, suporte especializado de segundo e terceiro nível, gerenciamento de tecnologia, soluções de monitoramento, assessoria útil e implementação em processos de tecnologia. Divisão de Plataformas - Venda de HW, SW, Instalação e Manutenção. Desempenho Financeiro: Em 31/12/20, a Companhia apresenta prejuízos acumulados no montante de R$88.390 e prejuízos no exercício findo nessa data no montante de R$109.941 (2019 - R$4.649). Os resultados negativos tiveram como principais causas os impactos na redução de investimentos, postergação de grandes projetos e redução de demanda por parte dos clientes em função da pandemia de COVID-19 em 2020, bem como a baixa de IR Diferido no montante de R$30.311. Os impactos causados pela Pandemia levaram a Companhia a revisão dos planos de crescimento, embora ainda mantenha um clima de confiança na rápida recuperação da economia na medida em que avançarem a distribuição de vacinas com o consequente retorno de atividades altamente impactadas como setores de aviação, turismo, restaurantes e comercial físico. A Companhia adotou rapidamente estratégias para lidar com essa situação inesperada, visando ao mesmo tempo a sustentabilidade do negócio e a segurança e saúde de seus colaboradores. A implantação do *"home office"* foi alto implementado rapidamente, trazendo possibilidade de continuidade das operações mesmo em meio à crise. Essa medida trouxe economias em despesas de *"facilities"* que ajudaram a enfrentar os impactos da crise diminuindo custos e despesas. A Companhia espera a retomada de negócios para 2021, mesmo sem a completa retomada da economia, visto que muitos projetos de alto varo (*"Big Deals"*) foram postergados, mas não podem deixar de ser executados em 2021 sob pena de comprometer a infraestrutura operacional de grandes clientes. Esse movimento já é perceptível no final de 2020 e continua crescendo nos primeiros meses de 2021. Impactos do Covid-19: A Administração continua monitorando o impacto da pandemia em suas operações e posição financeira. Uma atenção especial tem sido dada ao caixa. A inadimplência tem sido constantemente monitorada e medidas de prevenção tem sido tomadas. O resultado disso é que não se percebeu impacto significativo nos prazos de pagamento dos principais clientes. Além disso o grupo SONDA no Brasil, a qual a Companhia pertence, recebeu em dezembro de 2020, um aporte de R$257 milhões de reais que foi utilizado para o pagamento de dívidas com bancos. Ao todo a dívida bancária foi amortizada em R$39 milhões em dezembro de 2020. Para 2021, a Companhia espera a retomada de grandes projetos já no primeiro semestre e um incremento nas operações de Plataforma para o segundo semestre. As medidas de *"home office"*, segurança e saúde no trabalho, já tomadas colocam a Companhia em condições de enfrentar um período mais longo de afastamento social e *"lockdown"* sem impacto na sua operação. O surgimento de vacinas já coloca crise do COVID-19, em um horizonte de término, situação que não existia em 2020, o que reforça a confiança da Companhia de que 2021 será um ano de melhores resultados em relação a 2020. **2. Resumo das Principais Políticas Contábeis**: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **Base de preparação**: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as normas internacionais de relatório financeiro (*"International Financial Reporting Standards* - IFRS", emitidas pelo *"International Accounting Standards Board* - IASB"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, sendo que determinados ativos e passivos financeiros são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3.1. **Conversão de moeda estrangeira**: Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados e apresentados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais - R$, que é a moeda funcional da Companhia. **Apuração do resultado**: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **Caixa e equivalentes de caixa**: São compreendidas pelos recursos financeiros mantidos em caixa, banco conta movimento e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão avaliadas pelo valor justo na data do balanço e com risco insignificante de mudança de valor. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos e Financiamentos", no passivo circulante. **Instrumentos financeiros**: (i) Reconhecimento e mensuração inicial: O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo por meio de resultado (VRJ), acrescido, para um item não mensurado ao VRJ, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. (ii) Classificação e mensuração subsequente: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, nesse caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira, porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos. • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia. • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como esses riscos são gerenciados. • Como os gerentes do negócio são remunerados, por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos. • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. • As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa. • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis. • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo. • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. (iii) Desreconhecimento: Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro, além de não reter o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. Passivos financeiros: A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. (iv) Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. (v) Capital social: As ações da Companhia são classificadas como patrimônio líquido. (vi) *"Impairment"* de ativos financeiro: (a) Ativos mensurados ao custo amortizado: A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros estão deteriorados. Um ativo ou grupo de ativos financeiros estão deteriorados e as perdas por *"impairment"* são incorridas somente se há evidência objetiva de *"impairment"* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *"impairment"* incluem: (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor. (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal. (iii) A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria. (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira. (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras. (vi) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: • Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira. • Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. O montante da perda por *"impairment"* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *"impairment"* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *"impairment"* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se em um período subsequente, o valor da perda por *"impairment"* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *"impairment"* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **Contabilidade de *"hedge"***: A Companhia designa certos instrumentos de *"hedge"*, incluindo derivativos, relacionados a risco com moeda estrangeira por meio de *"hedge"* de fluxo de caixa. Os *"hedges"* para risco nas variações das taxas de câmbio em compromissos firmes são contabilizados como *"hedges"* de fluxo de caixa. No início da relação de *"hedge"*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *"hedge"* e o item objeto de *"hedge"* com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de *"hedge"*. Adicionalmente, no início do *"hedge"* e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de *"hedge"* usado em uma relação de *"hedge"* é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *"hedge"*, atribuível ao risco sujeito a *"hedge"*. A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como *"hedge"* de fluxo de caixa será reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial". Os ganhos ou as perdas relacionadas à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado financeiro da Companhia. Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio são reclassificados para o resultado financeiro no período em que o item objeto de *"hedge"* é reconhecido no resultado. Adicionalmente, a Companhia altera seus instrumentos de *"hedge"*, anteriormente reconhecidos como *"hedge"* de fluxo de caixa, para *"hedge"* de valor justo, no momento em que o item objeto de *"hedge"* é reconhecido no resultado. Ou seja, quando a mercadoria objeto do *"hedge"* é exportada, o instrumento de *"hedge"* que anteriormente era designado como *"hedge"* de fluxo de caixa é alterado para *"hedge"* de valor justo, para proteger os empréstimos, até o momento do seu vencimento. A partir desse momento, qualquer variação no valor justo do instrumento de *"hedge"* é reconhecida imediatamente no resultado. Essa estratégia também é documentada nas políticas de *"hedge"* da Companhia. A contabilização de *"hedge"* é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de *"hedge"*, o instrumento de *"hedge"* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de *"hedge"*. Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio naquela data permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for finalmente reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio são reconhecidos imediatamente no resultado. **Contas a receber**: As contas a receber de clientes correspondem aos valores recebíveis pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia (nota explicativa nº 5). Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pelas perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa, se necessária. **Estoques**: Os estoques são valorizados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido de realização. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreendem os custos de projeto, matéria-prima, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas com base em políticas internas estabelecidas pela Companhia. **Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos**: O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescida do adicional específico de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R$240. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo dos tributos sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras e sobre o prejuízo fiscal/base negativa. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (nota explicativa nº 7(c)). Os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social foram apurados na Demonstração do Lucro Real e controlados na parte B do Lalur conforme cada período, partindo do lucro líquido contábil mais adições menos exclusões e compensações, podendo ser compensados independentemente de qualquer prazo, observado em cada período de apuração o limite de 30% do lucro líquido ajustado. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes. **Depósitos judiciais**: São reconhecidos e mantidos pelos valores originais dos depósitos e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Companhia. **Intangível**: *Software* e licenças: Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos em despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos no ativo intangível. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de *softwares* e a parte adequada das despesas gerais relacionadas. Marcas e patentes: São registradas pelo valor de custo menos a amortização acumulada. Amortização: As taxas médias de amortização estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Descrição	Taxa média de amortização
*Software*s adquiridos	23%
Marcas e Patentes	25%

Imobilizado: O ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição ou construção, acrescido de encargos de financiamentos incorridos durante a fase de construção, deduzido das depreciações acumuladas e perda por redução ao valor recuperável (*"impairment"*) acumulada, quando necessária. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo, menos o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente depreciado (exceto para construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente, quando aplicável. A Companhia revisa anualmente a vida útil dos itens do imobilizado. Os terrenos não são depreciados. A Companhia aplica julgamentos na avaliação e na determinação das vidas úteis remanescentes dos ativos. Entre outros temas, essas avaliações incluem: i. A comparação com as tendências de outras empresas do setor. ii. Análises de eventual defasagem tecnológica. iii. Obsolescência. iv. Necessidade de renovação dos equipamentos, imposta pelos clientes. Em 2019, a Administração não identificou a necessidade de alteração das vidas úteis remanescentes. Depreciação: As taxas médias de depreciação estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Descrição	Taxa média de depreciação
Edifícios e benfeitorias	2%
Veículos	20%
Máquinas equipamentos	33%
Informática e *Hardware*	33%
Direito de uso de bens	19%
Outros	20%

Redução ao valor recuperável de ativos (*"impairment"*): A Companhia efetua análises sobre a existência de evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos tributos) derivados do uso contínuo do ativo até o fim da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*"impairment"* ou deterioração). Para os ativos registrados pelo custo, a redução no valor recuperável é registrada no resultado do período. Se não for determinado o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. **Outros ativos circulantes e não circulantes**: São apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante. **Contas a pagar aos fornecedores**: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano; caso contrário, são classificadas no passivo não circulante. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **Empréstimos e financiamento:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são class